



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE C

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extrato do despacho n° 100/2019:

Nomeando Fiscal Único de Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, Entidade Pública Empresarial, CERMI, E. P.E..... 1721

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extrato do despacho n° 2241/2019:

Nomeando Edeneia Marly Dias Gonçalves, Licenciada em Economia e Gestão, mediante Contrato de Gestão, para exercer o cargo de Directora de Gabinete do Ministro de Negócios Estrangeiros e Comunidades 1721

Extrato do despacho n° 2242/2019:

Nomeado em comissão de serviço, Elias Lopes Andrade, Conselheiro de Embaixada, nível III, para exercer o cargo de Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades 1721

MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extrato do despacho conjunto n° 56/2019:

Dando por finda a comissão de serviço de Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro, nas funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO)..... 1721

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto do despacho n° 2243/2019:

Prorrogando licença sem vencimento a Anabela Cabral Varela, Técnico nível III, quadro do Ministério da Agricultura e Ambiente 1721

	<p align="center">MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL</p> <p align="center"><i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i></p> <p>Extrato do despacho nº 2244/2019:</p> <p>Transferindo Démila Lopes Timas da Graça, Enfermeira Graduada nível I, pertencente ao quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social, a exercer funções na Delegacia de Saúde de São Nicolau, para a Delegacia de Saúde de São Vicente 1722</p> <p>Extrato do despacho nº 2245/2019:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento de longa duração a Celestina Mendonça Vaz, Ajudante de Serviços Gerais, contratada da Delegacia de Saúde de Santa Catarina..... 1722</p> <p align="center">MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO</p> <p align="center"><i>Gabinete da Ministra:</i></p> <p>Extrato do despacho nº 105/2019:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento de longa duração a Mário Celso de Pina Alves 1722</p>
<p align="center">PARTE D</p>	<p align="center">MINISTÉRIO PÚBLICO</p> <p align="center"><i>Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público:</i></p> <p>Extracto da deliberação nº 01/CSMP/2019/2020:</p> <p>Nomeando, os Licenciados em Direito, aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, que se indicam:.....1722</p> <p>Extracto da deliberação nº 02/CSMP/2019/2020:</p> <p>Nomeando para o quadro do Ministério Público, Siviano Stalon Fortes, para exercer provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio, em exercício de funções na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente 1722</p> <p>Extracto da deliberação nº 02/CSMP/2019/2020:</p> <p>Nomeando para o quadro do Ministério Público, Claudete Ivaldine da Veiga Semedo, para exercer provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio, em exercício de funções na Procuradoria da República da Comarca da Praia..... 1722</p>
<p align="center">PARTE E</p>	<p align="center">INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO</p> <p>Edital nº 1/2019:</p> <p>Consulta pública das propostas dos Planos de Ordenamento Turístico das Zonas de Desenvolvimento Turísticas Integral, ZDTI de Santa Maria Oeste, de Morrinho Branco e de ZDTI Este de Santa Maria (Ponta Serena) na Ilha do Sal..... 1723</p> <p align="center">INSTITUTO MARÍTIMO PORTUÁRIO</p> <p>Deliberação nº 93/CD.IMP/2019:</p> <p>Aprovando a evolução na carreira dos funcionários do quadro do Instituto Marítimo Portuário (IMP) 1723</p>
<p align="center">PARTE G</p>	<p align="center">MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL</p> <p align="center"><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extrato do despacho nº 2246/2019:</p> <p>Dando por finda a comissão de serviço de Maria Gorrete Delgado Freire, no cargo de Directora de Gabinete de Auditoria Interna (GAI)..... 1724</p> <p>Extrato do despacho nº 2247/2019:</p> <p>Contratando Lucialina Gomes Fernandes, para desempenhar as funções de Apoio Operacional nível I, na Câmara Municipal de São Miguel 1724</p>
<p align="center">PARTE I 1</p>	<p align="center">MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</p> <p align="center"><i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i></p> <p>Anúncio do concurso externo nº 09/ MF/2019:</p> <p>Torna público que se encontra aberto o concurso para recrutamento e seleção de 1 (um) Diretor de Serviço, nível III, para Direção de Serviço de Gestão dos Recursos Humanos..... 1725</p> <p align="center">MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL</p> <p align="center"><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Anúncio de concurso externo nº 2/2019:</p> <p>Recrutando 3 (três) Técnicos nível I, em regime de carreira, por nomeação..... 1726</p>

PARTE C

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 100/2019 — De S. Ex^a o Vice-Primeiro
Ministro e Ministro das Finanças:

De 5 de novembro de 2019:

Liv^r António Lima Canuto é nomeado para exercer as funções de Fiscal Único da CERMI, E.P.E. De acordo com o artigo 26º dos Estatutos da CERMI, E.P.E., “o Fiscal Único e o seu suplente, são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da formação profissional” d entre contabilistas ou auditores certificados ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que aprovam igualmente a sua remuneração e estipula o seu mandato.

Assim.

Ao abrigo do disposto no artigo 26º dos Estatutos da CERMI, E.P.E.:

1. É fixada para o Fiscal Único a remuneração mensal ilíquida de 30.000 CVE (trinta mil escudos cabo-verdianos);
2. É fixado o mandato do Fiscal Único por um período de três anos, podendo ser renovado, por igual período, até ao limite máximo de duas renovações consecutivas, e exonerado a todo tempo.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

A Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, na Praia, aos 15 de novembro de 2019. — O Diretor Geral, *Carlos Rocha de Oliveira*

—oço—

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES

Extrato do despacho nº 2241/2019 — De S. Ex^a o Ministro
dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

De 3 de outubro de 2019:

Edeneia Marly Dias Gonçalves, Licenciada em economia e gestão, é nomeada ao abrigo do nº 2 de artigo 4º, artigo 5º e alínea d) do nº 1 do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, para mediante Contrato de Gestão, exercer o cargo de Directora de Gabinete do Ministro de Negócios Estrangeiros e Comunidades, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2019.

As despesas de nomeação serão suportadas através da verba inscrita na rubrica 02.01.01.01.01 - pessoal do quadro especial – Gabinete do Ministro Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Praia aos 18 de novembro de 2019. — A Diretora Geral, *Odete Correia Frederico*

Extrato do despacho nº 2242/2019 — De S. Ex^a o Ministro
dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

De 9 de outubro de 2019:

Elias Lopes Andrade, Conselheiro de Embaixada, nível III, é nomeada em comissão de Serviço para exercer o cargo de Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, nos termos do artigo 5º e alínea d) do nº 1 do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, conjugado com os artigos 96 e 97 da Lei nº 42/VIII/2009, de 27 de julho, com efeitos a partir de 9 de outubro de 2019

As despesas de nomeação serão suportadas através da verba inscrita na rubrica 02.01.01.01.01 - Pessoal do Quadro Especial – Gabinete do Ministro Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, na Praia aos 18 de novembro de 2019. — A Diretora Geral, *Odete Correia Frederico*

MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho conjunto nº 56/2019 — De S. Ex^a o
Ministro do Turismo e Transportes e Ministro dos Negócios
Estrangeiros e Comunidades:

De 13 de novembro de 2019:

Através do despacho conjunto nº 195/2016, de 22 de novembro de 2016, rubricado entre, S. E. os Senhores Ministros, da Economia e Emprego, e dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, de então, e publicado no *Boletim Oficial* número 62, II Série, de 29 de dezembro de 2016, foi nomeado Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro, para, em comissão de serviço, e por um período de 3 (três) anos, exercer as funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização Civil Internacional (ICAO), em Montréal, Estado do Canadá, com efeitos a partir de 4 de outubro de 2016, ao abrigo do artigo 10º, número 2, do Decreto-Lei nº 36/2015; da Resolução nº 80/2015, de 19 de agosto, retificado pelo *Boletim Oficial* nº 57, I Série, de 24 de setembro de 2015, bem como do extrato de despacho conjunto nº 2/2016, de 15 de janeiro;

Tendo expirado o prazo de 3 (anos) previsto no Despacho Conjunto nº 195/2016, de 22 de novembro de 2016, para a duração no exercício das funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização Civil Internacional (ICAO), em Montréal, Estado do Canadá,

Assim, determinam conjuntamente, o seguinte:

É dado por finda a comissão de serviço de Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro, nas funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), em Montréal, nos termos do Despacho original, ou seja, com efeito a partir de 3 de outubro de 2019.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, na Praia, aos 19 de novembro de 2019. — Diretora de Serviço de Gestão dos Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais P.S., *Mónica Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 2243/2019 — De S. Ex^a o Ministro
da Agricultura e Ambiente

De 13 de novembro de 2019:

Anabela Cabral Varela, Técnico nível III, do quadro da Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério da Agricultura e Ambiente, na situação de licença sem vencimento desde 1 de novembro de 2017, concedida, nos termos do artigo 48º do Decreto Lei nº 3/2010 de 8 de março, a prorrogação da referida licença por mais 1(um) ano, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2019.

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeira e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 18 de novembro de 2019. — O Diretor Geral, *Amaro Rocha*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extrato do despacho nº 2244/2019 — De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social

De 31 de outubro de 2019:

Démila Lopes Timas da Graça, Enfermeira Graduada nível I, pertencente ao Quadro do Pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, a exercer funções na Delegacia de Saúde de São Nicolau, transferida, a seu pedido, para a Delegacia de Saúde de São Vicente, ao abrigo do disposto da alínea *a*) do nº 2 do artigo 4º e no nº 1 e 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de dezembro, onde passará a exercer as suas funções a partir da data de publicação do presente despacho no *Boletim Oficial*.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 13 de novembro de 2019. — A Directora Geral, *Serafina Alves*.

Extrato do despacho nº 2245/2019 — De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social

De 31 de outubro de 2019:

Celestina Mendonça Vaz, Ajudante de Serviços Gerais, da Delegacia de Saúde de Santa Catarina, concedida Licença sem Vencimento

de Longa Duração, ao abrigo da alínea *c*) do nº 1 do artigo 45º e do artigo 50º do Decreto-Lei nº 3/2010 de 8 de março, com efeitos a partir da data de 10 de setembro do ano de 2019.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 13 de novembro de 2019. — A Directora Geral, *Serafina Alves*

oço

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

Gabinete da Ministra

Extrato do despacho nº 105/2019 — De S. Ex.^a a Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação

De 13 de novembro de 2019:

Mário Celso de Pina Alves, Técnico Superior nível 102 do quadro de pessoal da ECV – Estradas de Cabo Verde, EPE é concedida a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 28 de julho de 2019, nos termos do artigo 50.º do Decreto Lei nº 3/2010, de 8 de março.

A Ministra, *Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes*

PARTE D

MINISTÉRIO PÚBLICO

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

**Extracto da deliberação nº 01/CSMP/2019/2020
de 18 de setembro de 2019**

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 18 de setembro de 2019, no uso das suas competências e em conformidade com as disposições combinadas dos artigos 226º nº 5 da Constituição, 14º, nº 1, alínea *h*), 31º. nº. 1 e 37º, nº 1, alínea *c*), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, 11º e 12º nº 1 da Lei nº 2/VII/2011, de 20 de junho, 42º. nº. 1 do Decreto-Lei nº. 38/2015, de 29 de julho, delibera, por unanimidade, o seguinte:

1. Nomear, os seguintes Licenciados em Direito, aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio, em exercício de funções na Comarca que se indica:

- Nelson Sonny Pereira Vaz, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Maria José Varela Furtado, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Altino Martins Mendes, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Guilma Pereira, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Virginia Henrique Tavares Vaz, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Evandra Rosa Silva Carvalho, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
- Adilson Souto Baptista, na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

2. As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 02.01.01.03.02 – Recrutamento e Nomeações, do Orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

(Visado pelo tribunal de contas em 5 de novembro de 2019)

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 15 de novembro de 2019. — O Secretário do CSMP, *Zico Andrade*

**Extracto da deliberação nº 02/CSMP/2019/2020
de 18 de setembro de 2019**

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 18 de setembro de 2019, ao abrigo do disposto as disposições combinadas dos artigos 226º nº 5 da Constituição, 14º, nº 1, alínea *h*), 31º. nº. 1 e 37º, nº 1, alínea *c*), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, 11º e 12º nº 1 da Lei nº 2/VII/2011, de 20 de junho, e 42º. nº. 1 do Decreto-Lei nº. 38/2015, de 29 de julho, e 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 08 de março, e 127º da Lei nº 2/VII/2011, de 20 de junho, o delibera:

1. Nomear, os seguintes Licenciados em Direito, aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio, em exercício de funções na Comarca que se indica:

- Siviano Stalon Fortes, na Procuradoria da República da Comarca da São Vicente;

2. As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 02.01.01.03.02 – Recrutamento e Nomeações, do Orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

(Visado pelo tribunal de contas em 5 de novembro de 2019)

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 15 de novembro de 2019. — O Secretário do CSMP, *Zico Andrade*

**Extracto da deliberação nº 02/CSMP/2019/2020
de 18 de setembro de 2019**

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 18 de setembro de 2019, ao abrigo do disposto as disposições combinadas dos artigos 226º nº 5 da Constituição, 14º, nº 1, alínea *h*), 31º. nº. 1 e 37º, nº 1, alínea *c*), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, 11º e 12º nº 1 da Lei nº 2/VII/2011, de 20 de junho, e 42º. nº. 1 do Decreto-Lei nº. 38/2015, de 29 de julho, e 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 08 de março, e 127º da Lei nº 2/VII/2011, de 20 de junho, o delibera:

1. Nomear, os seguintes Licenciados em Direito, aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procurador da República Assistente, em regime de estágio, em exercício de funções na Comarca que se indica:

- Claudete Ivaldine da Veiga Semedo, na Procuradoria da República

da Comarca da Praia;

(Visado pelo tribunal de contas em 8 de novembro de 2019)

2. As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 02.01.01.03.02 – Recrutamento e Nomeações, do Orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, 15 de Novembro de 2019. — O Secretário do CSMP, *Zico Andrade*

PARTE E

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Edital nº 1/2019

CONSULTA PÚBLICA DOS PLANOS DE ORDENAMENTO TURÍSTICO DAS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICAS INTEGRAL, DE SANTA MARIA OESTE, DE MORRINHO BRANCO E DE SANTA MARIA ESTE (PONTA SERENA) NA ILHA DO SAL

O Instituto Nacional de Gestão do Território, torna público, que nos termos das disposições conjugadas do n.º 1, do artigo 19º da Lei nº 35/IX/2018, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 71º, do Decreto-lei n.º 61/2018, de 10 de dezembro, que procede à primeira alteração do DL n.º 43/2010, de 27 de setembro e que aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, que estará em exposição pública as propostas dos Planos de Ordenamento Turístico das Zonas de Desenvolvimento Turísticas Integral, ZDTI de Santa Maria Oeste, de Morrinho Branco e de ZDTI Este de Santa Maria (Ponta Serena) na Ilha do Sal, durante trinta dias, de 04 de Novembro a 04 de Dezembro de 2019 nos Paços do Conselho, nas Instalações da Câmara do Comércio no Sal e nas Instalações do INGT, situada no Plateau – Ponta Belém, na Cidade da Praia, durante todos os dias no horário normal de expediente.

Anuncia ainda que as propostas do referido plano estarão disponíveis para consulta na página do facebook do Instituto Nacional de Gestão do Território e através do site www.postsal.com

A exposição pública destina-se a esclarecer dúvidas, recolher sugestões e observações que depois de serem analisados e avaliados poderão ser incorporados na versão final do Plano, nos termos do n.º 2 do artigo 19º da Lei nº 35/IX/2018.

As sugestões, dúvidas e observações devem ser registadas nos Livros disponibilizados para o efeito.

Cidade da Praia, aos 31 de outubro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do INGT, *Ilce Mafalda de Carvalho Amarante*.

INSTITUTO MARÍTIMO PORTUÁRIO

Deliberação nº 93/CD.IMP/2019

de 19 de novembro

Extrato 001/CD.IMP/2019 – ACTA Nº19/CD.IMP/2019

Reunião Ordinária do Conselho Diretivo de 19 de novembro do ano de 2019

Destinatários: Todos os colaboradores do IMP

Pelo presente extrato dá-se conhecimento e, para os devidos efeitos, aos Exmos. Senhores destinatários do conteúdo da Deliberação nº 93/CD.IMP/2019, saída da Reunião Ordinária do dia 18 de novembro de 2019.

Ao abrigo das competências conferidas pelo artigo 10º, alínea e) dos Estatutos do IMP, aprovados através do Decreto-lei nº 38/2018, de 20 de junho, o Conselho Diretivo analisou a proposta da Direção Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, de atribuição excepcional de progressões, promoções e reclassificações, com intuito de resolver situações pendentes e de estagnação na carreira, dos trabalhadores, mediante cumprimento do requisito temporal nos anos 2016,2017,2018 e 2019.

Considerando a decisão tomada através da Deliberação nº 27/CA.AMP/2016 de 15 de fevereiro que criou uma equipa técnica com o mandato único de proceder à análise da situação laboral de todos os colaboradores do quadro de pessoal da AMP/IMP, que exerceram cargos dirigente, com direito a promoção, com dispensa de concurso, à luz dos instrumentos de gestão de recursos humanos, então em vigor;

Considerando ainda que apenas uma parte dos funcionários que desempenharam cargos dirigentes, foram beneficiados com promoções, mostra-se necessário, por uma questão de justiça, abranger os restantes funcionários na mesma situação laboral.

O Conselho Diretivo, deliberou o seguinte:

1-Aprovar a proposta de progressão na carreira do pessoal constante do Anexo I e que faz parte integrante da presente deliberação;

Nome	Enquadramento Atual			Proposta de Enquadramento		
	Categoria	Ref	Esc	Categoria	Ref	Esc
0001 - Zeferino Calazans Fortes	Inspetor Superior Nível II	III	302	Inspetor Superior Nível II	III	303
0003 - Carlos Alberto Gomes Duarte Lopes	Inspetor Superior Nível II	III	302	Inspetor Superior Nível II	III	303
0005 - Manuel Claudino da Luz Nogueira Monteiro	Inspetor Superior Nível II	III	302	Inspetor Superior Nível II	III	303
0010 - Luís Filipe de Burgo Delgado	Inspetor I	IA	102	Inspetor I	IA	103
0012 - Vlademiro Alípio Gomes Pires	Inspetor Superior IS	I	202	Inspetor Superior Nível I	I	203
0013 - Mário Ferreira	Inspetor Superior Nível II	III	301	Inspetor Superior Nível II	III	302
0014 - Euclides Gomes Silva	Inspetor Superior IS	I	201	Inspetor Superior Nível I	I	202
0016 - José Carlos Guiomar Oliveira	Técnico Superior Nível II	III	301	Técnico Superior Nível II	III	302
0018 - Maria Odete Gonçalves Costa	Auxiliar de Serviço	I	111	Auxiliar de Serviço	I	112
0019 - Adelaide Orizanda dos Santos	Oficial Administrativo	II	203	Oficial Administrativo	II	204
0030 - Manuel Jesus da Luz	Motorista de Embarcação	5	F	Motorista de Embarcação	5	G
0033 - José Pedro Nascimento Delgado	Oficial Administrativo	II	204	Oficial Administrativo	II	205
0036 - Luís Flôr Chantre	Oficial Administrativo	II	205	Oficial Administrativo	II	206
0041 - Maria de Fátima Andrade	Auxiliar de Serviço	I	109	Auxiliar de Serviço	I	110
0043 - Osvaldo Francisco Mendes Soares	Técnico Superior	I	101	Técnico Superior	I	102
0044 - Anabela Barbosa Marques	Técnico Superior	I	101	Técnico Superior	I	102
0045 - Maria Madalena Lubrano Soares Varela	Técnico Superior	I	101	Técnico Superior	I	102
0046 - Maria José Silva Pereira	Assistente Administrativo	I	106	Assistente Administrativo	I	201
0049 - Joaquim José Soares	Faroleiro	2	F	Faroleiro	2	G
0050 - Jorge Brito Morais Livramento	Faroleiro	2	F	Faroleiro	2	G
0055 - Ana Gilda Brito Neves	Técnico Profissional	I	103	Técnico Prof. Especializado	I	201
0056 - Sandra Maria Varela Silves	Técnico Superior	I	101	Técnico Superior	I	102
0057 - Maria Conceição Rodrigues Oliveira	Auxiliar de Serviço	I	103	Auxiliar de Serviço	I	105

Nome	Enquadramento Atual			Proposta de Enquadramento		
	Categoria	Ref	Esc	Categoria	Ref	Esc
0060 - Cristina Tavares Monteiro Varela	Auxiliar de Serviço	I	103	Auxiliar de Serviço	I	104
0065 - Geraldina Mendes	Auxiliar de Serviço	I	103	Auxiliar de Serviço	I	104
0066 - José Augusto Barreto Figueiredo	Técnico I	IA	103	Técnico I	IA	201
0075 - Elísio Gomes Teotónio	Assistente Administrativo	I	103	Assistente Administrativo	I	104
0076 - Adilson Sérgio da Luz da Graça	Marinheiro	4	D	Marinheiro	4	E
0081 - Marisia Sofia Lopes	Técnico Superior	I	101	Técnico Superior	I	102
0083 - Jandir Rafael Mendes de Pina	Técnico Prof. Especializado	II	202	Técnico Prof. Especializado	II	203
0105 - Rui Oliveira Silva	Técnico Superior nível II	III	301	Técnico Superior nível II	III	302

2-Aprovar a proposta de promoção ao abrigo do Estatuto de Pessoal Dirigente, aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/2014 de 4 de novembro, constante do Anexo II e que faz parte integrante da presente deliberação;

Nome	Enquadramento Atual			Proposta de Enquadramento		
	Categoria	Ref	Esc	Categoria	Ref	Esc
0017 - Virgínia Maria Oliveira Andrade	Técnico Superior	I	103	Técnico Superior Nível I	II	202
0008 - João de Deus Carvalho da Silva	Inspetor Superior Nível I	II	302	Inspetor Superior Nível II	III	303

3- Aprovar a proposta de promoção na carreira do pessoal, por ter preenchido os requisitos legais e normativos, ao abrigo das disposições do artigo 27.º do PCCS em vigor no IMP, constante do Anexo III e que faz parte integrante da presente deliberação;

Nome	Enquadramento Atual			Proposta de Enquadramento		
	Categoria	Ref	Esc	Categoria	Ref	Esc
0007 - Armindo Sousa da Graça	Inspetor Superior IS	I	102	Inspetor Superior IS	II	201
0009 - Carlos Martinho Ramos da Rocha	Inspetor Superior IS	I	102	Inspetor Superior IS	II	201
0080 - José Jorge Costa Pina	Técnico Superior Nível II	III	402	Técnico Superior Nível III	IV	402

4- Aprovar a proposta de reclassificação do pessoal, por ter adquirido formação académica, ao abrigo das disposições do artigo 28.º do PCCS em vigor no IMP, constante do Anexo IV e que faz parte integrante da presente deliberação;

Nome	Enquadramento Atual			Proposta de Enquadramento		
	Categoria	Ref	Esc	Categoria	Ref	Esc
0096 - Ivan Carlos dos Santos da Graça	Técnico Profissional	I	101	Técnico Prof. Especializado	II	201

5-A presente deliberação produz efeito de forma individualizada com referência à data de aquisição do direito, e efeitos financeiros a 1 de novembro de 2019;

6-A despesa incremental tem cabimento nas rubricas afins de despesas com o pessoal do Orçamento de Funcionamento do IMP.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

Mindelo, 19 de novembro de 2019.

Presidente, Joana H. M. de Carvalho

Vogal Executivo, Manuel V. Silva e Manuel M. Garcia

PARTE G

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL

Câmara Municipal

Extrato do despacho n.º 2246/2019 — de S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 24 de junho de 2019:

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 98.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, e conjugado com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, é dada por finda a comissão de serviço de Maria Gorrete Delgado Freire, técnica, nível I, quadro desta Câmara Municipal, licenciada em Administração Pública e Autárquica, no cargo de Diretora de Gabinete de Auditoria Interna (GAI), com efeitos a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Direção de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos, da Câmara Municipal de São Miguel, aos 7 de novembro de 2019. — O Diretor, *Filomeno Jesus Rodrigues de Pina*.

Extrato do despacho n.º 2247/2019 — de S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 4 de novembro de 2019:

Lucialina Gomes Fernandes, contratada em regime de trabalho a termo, para desempenhar as funções Apoio Operacional, nível I, na Câmara Municipal de São Miguel, nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho, conjugado com o artigo 24.º da lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, e n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º e n.º 2 do artigo 63.º do decreto-lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02.01.01.01.03, do orçamento municipal vigente — Pessoal Contratado. (Visado pelo Tribunal de Contas, na Cidade da Praia, aos 06 de abril de 2018).

Direção de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos, da Câmara Municipal de São Miguel, aos 15 de novembro de 2019. — O Diretor, *Filomeno Jesus Rodrigues de Pina*.

PARTE I 1**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS****Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão****Anúncio do concurso externo nº 09/ MF/2019****Recrutamento e seleção de 1 (um) Diretor de Serviço, nível III, para Direção de Serviço de Gestão dos Recursos Humanos**

O Ministério das Finanças pretende recrutar um Diretor de Serviço, nível III, em regime de Comissão de Serviço, para o preenchimento de uma vaga na Direção de Serviço de Gestão dos Recursos Humanos da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), deste mesmo departamento governamental.

O presente concurso de recrutamento é coordenado e supervisionado pela Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP), de acordo com os princípios e procedimentos aplicáveis aos concursos para o recrutamento e seleção de pessoal na Administração Pública, estabelecidos nos seguintes instrumentos normativos:

- Artigo 49º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, que define as bases em que assenta o regime da Função Pública, estabelecendo os seus princípios gerais;
- Artigo 15.º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro, que aprova o Plano de Cargos Carreiras e Salários na Administração Pública;
- Decreto-Lei nº 38/2015, de 29 de julho, que estabelece os princípios e procedimentos aplicáveis aos concursos de ingresso e acesso, recrutamento e reclassificação na Administração direta e indireta e Administração Local;
- Artigo 8º da Lei nº 44/IX/2018, de 31 de dezembro, que aprova o orçamento do Estado para o ano económico 2019;
- Diretiva nº 01/DNAP/2018, de 7 de maio, que fixa o fluxo para o recrutamento e seleção no âmbito da delegação de competência nos setores para a realização do procedimento concursal.
- Decreto Lei Nº 59/2014, de 4 de novembro que estabelece o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública e equiparado.
- Decreto-Lei n.º 28/2018, de 24 de maio que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério das Finanças.

Habilitações académicas de base	Cargo	Nível	Nº de vagas	Tipo de vínculo	Remuneração líquida
Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos; Psicologia Social e Organizacional ou Direito;	Dirigente Intermédio	III	1	Comissão de Serviço	146.100 CVE

I. Requisitos obrigatórios

1. Para o exercício do cargo de dirigente na Administração Pública o candidato deve:

- a) Ter nacionalidade cabo-verdiana, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter idade não inferior a 18 anos;
- c) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
- d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- e) Ter habilitações literárias legalmente exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar;
- f) Ter experiência profissional de pelo menos 3 anos ou pós-graduação de nível de mestrado em área relevante a recrutar.
- g) Não ter antecedentes criminais.
- h) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício da função que se pretende recrutar no presente concurso;

2. São requisitos preferenciais:

- a) Disponibilidade imediata;
- b) Exclusividade de funções;
- c) Disponibilidade e capacidade de trabalhar em equipa;
- d) Domínio de língua inglesa ou francesa nível B2

II. Perfil do candidato

1.O candidato deve ter o seguinte perfil:

- a) Possuir no mínimo 3 anos de experiência profissional;
- b) Domínio da legislação Administrativa Cabo-verdiana vigente;
- c) Responsabilidade;
- d) Integridade e ética;
- e) Iniciativa e dinamismo;
- f) Facilidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- g) Capacidade para resolver problemas e imprevistos;
- h) Capacidade de descrição e sigilo;

- i) Idoneidade cívica e moral;
- j) Capacidade de desdobramento em várias tarefas;
- k) Aptidão de adaptação a tarefas que exigem capacidade de tomada de decisão, disciplina e rigor.
- l) Capacidade de expressão oral e escrita;
- m) Capacidade de Liderança;
- n) Capacidade de gestão por objetivos;
- o) Orientação para motivação de colaboradores;
- p) Conhecimentos e domínio de informática na ótica de utilizador;
- q) Capacidade de persuasão, de negociação e de trabalhar sob pressão;
- r) Conhecimento das legislações administrativas e laborais;
- s) Capacidade de gestão do tempo para cumprimento de prazos;
- t) Domínio de língua inglesa ou francesa nível B2

2.O candidato deve estar disponível para:

- a) Ocupar imediatamente o cargo;
- b) Exercer funções em qualquer lugar onde o Ministério das Finanças tiver ou vier a ter os serviços.

I. Publicação dos resultados

Os resultados de cada etapa serão obrigatoriamente publicados no site da DNAP – <https://dnap.gov.cv>.

II. Esclarecimentos

1. Para esclarecimentos relativos à apresentação da candidatura o candidato deverá contactar a DNAP através dos seguintes números de telefone: 3337317/3337376.

2. Para esclarecimentos sobre os demais aspetos do concurso o candidato deverá contactar o ponto focal para recrutamento no Ministério das Finanças através do telefone: 2607407 ou através do endereço eletrónico concursosmf2019@gmail.com.

III. Publicação do Regulamento do concurso

O regulamento do concurso é publicado no site da DNAP, <https://dnap.gov.cv>.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 28 de outubro de 2019. — O Diretor Geral, *Carlos Rocha de Oliveira*

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL

Câmara Municipal

Anúncio de concurso externo nº 2/2019

A Câmara Municipal de São Miguel pretende recrutar 3 (três) Técnicos nível I, em regime de carreira, por nomeação, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 25.º e 49.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, artigo 20.º e n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro que aprova o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e da alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 29 de julho, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Formação Académica	Categoria	Departamento	Tipo de Vínculo	Nº de vagas	Remuneração ilíquida
Licenciatura em Serviço Social e Políticas Públicas	Técnico Nível I	Direção da Educação, Família e Inclusão Social	Nomeação	1	65.945\$00
Licenciatura em Direito	Técnico Nível I	Direção de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos	Nomeação	1	65.945\$00
Licenciatura em Jornalismo	Técnico Nível I	Gabinete de Comunicação e Imagem	Nomeação	1	65.945\$00
TOTAL DE VAGAS					3

As candidaturas deverão conter a referência «Concurso Externo de Técnicos Nível I» e ser enviadas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar a partir do dia seguinte ao da publicação do anúncio do presente concurso no *Boletim Oficial*, em envelope fechado, no Balcão Único da Câmara Municipal de São Miguel, sito em Veneza, C.P. 04.

O Regulamento do concurso será publicado no site da Câmara Municipal <http://www.cmsm.cv/> e na pagina do Facebook, Câmara Municipal de São Miguel.

Qualquer informação sobre o processo seletivo, poderá ser obtida através do telefone 2731004/05.

Direção de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos, da Câmara Municipal de São Miguel, na Cidade da Calheta, aos 18 de novembro de 2019.
— O Diretor, *Filomeno Jesus Rodrigues de Pina*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.